



DOCUMENTO DE ÁREA 2009

Identificação

Área de Avaliação: **PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL / DEMOGRAFIA**

Coordenadora de Área: **RAINER RANDOLPH**

Coordenador-Adjunto de Área: **ROSANA APARECIDA BAENINGER**

Modalidade: Acadêmica

I. Considerações gerais sobre o estágio atual da Área

Os primeiros programas de pós-graduação em planejamento urbano e regional foram criados no início da década de 1970 em Recife, Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre com a finalidade de formar mão de obra qualificada tanto para a formulação como implementação de políticas urbanas e regionais que o então regime idealizava.

A Área, então ainda junto com os cursos de Arquitetura e Urbanismo, abriu apenas um novo programa com mestrado e doutorado, na década de 1980, em demografia; foi, no mesmo período, fechado o curso de Brasília e o de São Paulo ficou vinculado, mais tarde, à área de arquitetura e urbanismo. Durante a década de 1990 a Área, agora já separada da arquitetura e urbanismo, teve um significativo crescimento em termos relativos: passou de quatro programas para nove programas no início do novo milênio, neles incluídos três doutorados em planejamento urbano e regional e demografia.

Desde então, nesta primeira década do século XXI, foram criados 11 mestrados acadêmicos e 4 cursos de doutorado vinculados a programas já existentes. O primeiro mestrado profissional surgiu em 2001 e permaneceu, durante muito tempo, o único da área. Esses cursos foram propostos apenas a partir de 2007; hoje, estão em andamento, 4 cursos desse tipo.

Em síntese, no período entre 2000, quando havia 13 cursos de mestrado e doutorado na área, e 2008 houve um aumento para 32 cursos em 24 programas o que significa um aumento de quase 150 % e expressa o crescente reconhecimento dos problemas urbanos e regionais que o país enfrenta.

No entanto, mais importante do que essa expansão numérica são as transformações pelas quais a Área passa em termos dos campos de atuação, temáticas, naturezas e localização dos seus cursos.

Durante as primeiras décadas, os programas e cursos das duas subáreas de Planejamento Urbano e Regional e de Demografia localizaram-se nas regiões mais dinâmicas do país ou mesmo em metrópoles regionais mais distantes. Estiveram voltados à demografia e ao planejamento urbano-metropolitano na sua grande maioria. E foram esses os cursos que definiram, de alguma maneira, a identidade da Área.

Apenas na virada do século esse padrão vai mudar com certa velocidade e profundidade com a abertura de cursos fora das áreas metropolitanas ou em áreas que estão mais longe dos principais centros do país. Esses cursos trazem de volta uma temática que tinha sido relegada a um segundo plano durante as décadas de 80 e 90: o desenvolvimento regional em suas diferentes facetas. São esses cursos os principais responsáveis pela ampliação da Área nos anos mais recentes e que propiciam à Área uma penetração em áreas fora daquelas tradicionalmente servidas por cursos de pós-graduação como é o caso do interior dos três estados da região Sul, no Centro-Oeste, no interior do Nordeste e na região Norte.

A nova composição com programas voltados para o planejamento urbano (e metropolitano), para o desenvolvimento (e gestão) regional e à demografia representa um enorme desafio de reflexão para a Área. Esse desafio não se origina apenas na diversificação de temáticas e problemáticas articuladas, mas assume uma nova qualidade na medida em que os cursos da área adotam, necessariamente, abordagens multi-, inter- ou mesmo transdisciplinares nas suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Dependendo das particularidades de cada curso da subárea de Planejamento Urbano e Regional observa-se interlocuções mais próximas, tendencialmente, ou com arquitetura, urbanismo, sociologia, história, ciência política e outras disciplinas das humanidades nos cursos mais voltados às realidades metropolitanas; ou com economia, administração empresarial, geografia e



DOCUMENTO DE ÁREA 2009

mesmo ciências agrárias, da saúde e outras nos cursos com uma orientação mais regional.

Há, a nosso ver, uma compreensão de uma interdisciplinaridade própria da Área que, talvez, possa ser chamada de “focada” na medida em que ela se articula em torno de determinadas temáticas e problemáticas, de campos complexos inclusive de intervenção na realidade, de objetos e de sujeitos produtores de determinados “espaços sociais” em diferentes escalas.

Neste sentido, a Área entende o conjunto desses programas e cursos como um fórum privilegiado não apenas para ser “objeto” de instrumentos de avaliação – e, assim, fortalecimento mútuo do avanço da área – mas, também, enquanto uma oportunidade de estimular e apoiar debates acadêmicos a respeito da compreensão da relação e articulação entre os três campos principais da composição da área, o planejamento urbano, o desenvolvimento regional e a demografia, e suas interlocuções com outras áreas disciplinares.

A reunião na Área dos cursos e programas em desenvolvimento regional com uma perspectiva interdisciplinar que se encontram em outras áreas na CAPES é, para o atual triênio, uma das prioridades da Área. Outra tarefa importante é incentivar o diálogo entre as vertentes de pensamento sobre o planejamento urbano e abordagens dentro das disciplinas de arquitetura e urbanismo. Quando se compreende a construção do espaço social nas suas diferentes dimensões e escalas como produto das atuações, entre outros, de arquitetos, urbanistas e planejadores, fica evidente a importância dessa interlocução para o avanço da consolidação da Área.

II. Considerações gerais sobre a Ficha de Avaliação para o Triênio 2007-2009

A Ficha de Avaliação a ser usada na Avaliação Trienal de 2010 preserva a mesma estrutura de cinco principais quesitos da Ficha de Avaliação do triênio anterior, porém com mudanças definidas pelo CTC-ES em julho de 2008.

Em relação aos quesitos as mudanças referem-se à sua ponderação. Cada quesito tem entre 3 a 5 itens de avaliação onde cada item recebe conceito de Muito Bom, Bom, Regular, Fraco até Deficiente. As mudanças referentes aos itens no interior de cada quesito incluem reformulações e consolidação de itens existentes na versão anterior da Ficha, reduzindo seu número e alterando, em parte, seu conteúdo.

Dentro de margens definidas pelo CTC para a atribuição de pesos tanto para quatro quesitos como para os itens houve a possibilidade para cada área de estabelecer os valores conforme sua especificidade. A determinação dos pesos e da inclusão do item 2.5 no quesito referente ao Corpo Docente na Ficha da Área de Planejamento Urbano e Regional/Demografia é resultado de ampla discussão e votação realizadas em reunião dos coordenadores da área em junho de 2009.

A geração do conceito para cada quesito é automática a partir dos conceitos atribuídos aos itens que o compõem. Uma última mudança diz respeito à geração da nota final do programa que será calculada a partir da contribuição de cada item conforme seu peso e conceito específico a ele atribuído.

Nas discussões e decisões sobre a definição dos pesos na Ficha de Avaliação e, posteriormente, na definição de indicadores qualitativos para cada item foi considerado que a formação oferecida nos programas de pós-graduação deve ser avaliada a partir de eixos determinados:

- a) ensino, o que requer foco para articulação entre proposta, áreas de concentração, linhas de pesquisa e projetos; composição do corpo docente e maturidade acadêmico-científica; estrutura curricular, disciplinas oferecidas (inclusive conteúdo ministrado e bibliografia de referência e complementar);
- b) produção e divulgação de conhecimento, cujo foco reside nos projetos de pesquisa, no fluxo de dissertações e teses, na produção bibliográfica de docentes e discentes;
- c) extensão, representada, sobretudo, por intercâmbios inter-institucionais de docência e pesquisa além da tradução de resultados de projetos em planos e programas de intervenção em problemas sociais determinados ou participação na formulação de políticas públicas.



DOCUMENTO DE ÁREA 2009

Para a atribuição da nota final a um curso, o CTC-ES estabeleceu algumas condições que a Área vai respeitar: i) um programa com nota “Deficiente” ou “Fracó” no primeiro quesito (“Proposta”) não poderá ter nota final maior do que três (3).; ii) o menor valor dentre os conceitos obtidos pelo programa nos Quesitos Três e Quatro – considerados quesitos centrais da avaliação - definirá o limite máximo da nota final a lhe ser atribuída, observadas as exceções previstas na regulamentação; iii) para obter nota final cinco (5,) o programa deverá obter “Muito Bom” em pelo menos quatro dos cinco quesitos existentes, entre os quais terão que figurar necessariamente os terceiro e quatro quesitos; e iv))para ser candidato à nota 6 ou 7, o Programa deverá obter conceito “Muito Bom” em pelo menos quatro quesitos, entre os quais, necessariamente, os quesitos II (Corpo Docente), III (Corpo Discente, Teses e Dissertações) e IV (Produção Intelectual). Além disso, precisará ser pelo menos “Bom” o conceito do único quesito em que o Programa não alcançou “Muito Bom”.

III. Considerações gerais sobre o Qualis Periódicos e Classificação de livros e os critérios da Área para a estratificação e uso dos mesmos na avaliação .

A produção intelectual dos programas na área será avaliada por meio de artigos completos em periódicos científicos, livros e capítulos de livros e organização de coletâneas e trabalhos completos publicados em anais de congressos. Essa avaliação não se fará pela produção isolada de um ou outro docente ou discente, mas sim pela produção integrada dos docentes e discentes. Portanto, os itens decisivos que terão peso efetivo na avaliação (vide item IV) serão o conjunto da produção do programa e sua distribuição entre os membros dos corpos docente e discente.

i) A publicação da produção intelectual em periódicos é considerada de grande importância pela Área. Reconhecendo que uma parte grande dos periódicos nos quais os docentes permanentes e discentes publicam área raramente aparecem nos indexadores internacionais que medem o grau de impacto dos periódicos, a Área criou instrumentos pautados em critérios transparentes, objetivos e com certa flexibilidade seguindo acordos entre as grandes áreas de Ciências Sociais Aplicadas e das Humanidades a respeito da estruturação geral do Qualis de suas áreas.

Assim, a identificação da qualidade das publicações dos docentes permanentes dos programas e discentes em periódicos segue os estratos A1, A2 e B1 a B5 e C conforme determinado pelo QUALIS PERIÓDICOS da área que foi aprovado na 111ª reunião do CTC-ES, 24/8/2008 conforme apresentado abaixo no item (a).

Atendendo, ainda, à determinação da reunião do CTC-ES de 04/03/ 2009, a Área reconhece que, na distribuição dos periódicos entre os estratos, o Qualis Periódicos da Área deve observar os seguintes critérios:

- o percentual de periódicos classificados no estrato A1 é menor do que o dos classificados em A2;
- a soma dos percentuais de periódicos classificados nos estratos A1 e A2 não ultrapassa 26%;
- pelo menos cinco estratos devem estar contemplados com periódicos.

ii) Uma modalidade de veiculação da produção artística, tecnológica e científica importantíssima para a Área é o livro em suas diferentes expressões (coletâneas, por exemplo). Já há muito tempo que a Área reivindica que livros sejam contemplados na avaliação da qualidade da produção científica de um programa.

O livro, seja ele de autoria individual ou coletânea, constitui-se em referência para a construção de campos de conhecimento, definindo estilos e escolas de pensamento o que não é apenas uma situação particular da comunidade acadêmica brasileira.

A classificação de livros, capítulos de livros e coletâneas pela área segue o roteiro aprovado na 111ª Reunião do CTC-ES, conforme apresentado abaixo no item b). Cabe enfatizar que as orientações e critérios deste roteiro foram estabelecidos visando exclusivamente à avaliação da produção intelectual dos programas de pós-graduação



DOCUMENTO DE ÁREA 2009

e, portanto, são inadequadas para avaliações individuais de professores, pesquisadores e alunos.

iii) Na avaliação da produção intelectual dos programas nos últimos triênios, a Área tem considerado, além de artigos publicados em periódicos, também trabalhos apresentados em congressos e conferências que foram publicados na íntegra nos anais desses eventos. Nos congressos de grande prestígio da área os trabalhos submetidos passam por um rigoroso processo de avaliação por pares e os selecionados e publicados são tão importantes para o avanço da área como os melhores artigos publicados em periódicos. A publicação em anais é considerada pela área como contribuição importante para o avanço da discussão científica na medida em que essas ocasiões representam uma oportunidade de diálogo focado em determinadas temáticas estruturantes para a área. Em outras palavras, os anais permitem criar uma nucleação da produção científica que é geralmente apresentada em periódicos de diferentes áreas de conhecimento. Essa dispersão nos periódicos é, em certa medida, positiva e inevitável porque resultado da interdisciplinaridade e pluri-focalidade do trabalho dos docentes da área. Mas, os principais eventos da área - e a publicação dos trabalhos completos em anais - representam momentos indispensáveis de articulação e reformulação dos principais campos de preocupação e investigação da área. Na ausência de uma forma própria de avaliação da qualidade de trabalhos completos publicados em anais de eventos, a área realizará no triênio 2006 a 2009 essa avaliação junto com aquela de livros com um instrumento de avaliação adaptado às especificidades desse meio de divulgação da produção bibliográfica. De resto, a avaliação da qualidade dos anais e a classificação dos seus estratos seguem as regras aprovadas na 111ª. Reunião do CTC-ES em 24/08/2009.

a) QUALIS PERIÓDICOS DA ÁREA DE PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL/-
DEMOGRAFIA.

1. Critérios Mínimos para uma Publicação ser Considerada Periódico Científico

- Editor responsável;
- Conselho Editorial;
- ISSN;
- Linha editorial;
- Normas de submissão;
- Periodicidade mínima semestral;
- Avaliação por pares;
- Publicar pelo menos 10 artigos por volume (ao invés de 14 – vide Scielo);
- Afiliação institucional dos autores;
- Afiliação institucional dos membros dos Conselhos (especialmente do Conselho Editorial e, eventualmente, Científico);
- Resumo e Abstract dos artigos;
- Palavras chave;
- Pelo menos um número do ano anterior publicado.

2. Critérios Classificatórios

Apenas em relação às publicações que satisfazem os critérios mínimos serão aplicados os seguintes critérios classificatórios para definir em qual dos estratos um periódico deve ser classificado:



DOCUMENTO DE ÁREA 2009

a = Consolidação do periódico que será medida pelo tempo de existência do periódico;

b = Presença em Indexadores e Bancos de Dados reconhecidos: número e tipo de banco de dados como Library of the US Congress, Latindex, Scielo e outros;

c = Diversificação institucional dos autores dos artigos que será medida, negativamente, por meio do grau de concentração das instituições aos quais pertencem os autores que publicam no periódico (base para cálculo: período de dois anos); essa diversificação precisa ser observada particularmente em relação à instituição responsável pela edição do periódico;

d = Presença de artigos de autores com filiação a instituições estrangeiras;

e = Suporte editorial - abrange tanto apoios financeiros como institucionais;

f = Composição do Comitê Editorial, conforme a projeção dos seus membros na área (experiência, presença, qualificação de pesquisador, etc.);

g = Regularidade do periódico ou quantidade de artigos publicados em relação ao número total de artigos publicados nos últimos dois anos (exclui todos os trabalhos de divulgação e de comunicação);

3. Elaboração do Perfil do Periódico e Determinação da sua Qualidade

As publicações precisam satisfazer os critérios mínimos estabelecidos acima. Se satisfizerem apenas essas condições serão classificados no ESTRATO B5.

Ao invés de propor um cálculo que (1) atribua pesos aos sete critérios, (2) observe os valores que a revista alcança na presente hierarquização e (3) calcule alguma soma ou média, optamos por um sistema mais “qualitativo” que permite à Comissão de Qualis Periódicos arbitrar a partir de um PERFIL DO PERIÓDICO.

Este PERFIL é estabelecido a partir da atribuição de valores diferenciados a cada critério, nos oito estratos da classificação do Qualis Periódicos, conforme a tabela a seguir:

PERFIL DO PERIÓDICO

Critério/ Estrato	a Consolidação (tempo de existência)	b Indexadores	c Diversifica- ção/ Concentra- ção	d Autores de Instituições estrangeiras	e Suporte de editoração	F Composição do Conselho	g quantidade de artigos/ volume
C	-	-	-	-	-	-	-
B5	< 7 anos	Sem indexador	> 60 %	Sem autoria estrangeira	sem	Estritamente local e/ou regional	10 (mínimo)
B4	< 7 anos	Sem indexador	de 60 a 50 %	Sem autoria estrangeira	sem	Estritamente local e/ou regional	10
B3	< 7 anos	Sem indexador	de 50 a 40 %	Sem autoria estrangeira	sem	estritamente local e/ou regional	10
B2	< 7 anos	1 indexador reconhecido	de 40 a 30 %	Sem autoria estrangeira	sem	estritamente local e/ou regional	10
B1	> 7 anos	1 indexador	de 30 a 20	10% ou pelo	Algum	com projeção nacional e	10



DOCUMENTO DE ÁREA 2009

		reconhecido	%	menos um autor de instituição estrangeira	suporte institucional ou financeiro	internacional	
A2	> 7 anos	2 indexadores reconhecidos	< 20 %	> 20 % de autoria estrangeira	Algum suporte institucional ou financeiro	com projeção nacional e internacional	10 a 20
A1		> 2 indexadores					> 20
	<i>Como condição, o periódico precisa satisfazer as condições do estrato A2 e apresentar mais do que dois indexadores. Para alcançar esse estrato, é necessária uma avaliação qualitativa do seu conteúdo.</i>						

Cada linha nessa planilha define, dessa maneira, um conjunto de critérios para cada estrato; apenas para alcançar o estrato mais alto (A1) é preciso analisar o conteúdo propriamente dito de um periódico.

Só em raros casos imagina-se que o Perfil de um periódico venha a apresentar um único estrato para todos os sete critérios usados na avaliação. É bem mais provável que um periódico apresente características nos sete critérios que o classificariam em diferentes estratos. *No entanto, se isto acontecer, caberá à Comissão Qualis da Área arbitrar, nessa faixa entre o valor menor e o maior que constam no perfil, qual o estrato a ser atribuído ao periódico.*

Vê-se, em princípio, como **critério estruturante** para a classificação de um periódico a **DIVERSIFICAÇÃO (CONCENTRAÇÃO)** da filiação institucional dos autores publicados. Considera-se que essa diversificação é expressão e resultado de um processo de seleção por parte do Conselho Editorial e dos consultores que avaliam os trabalhos submetidos ao periódico. Reflete, de alguma maneira, também a amplitude das filiações institucionais dos autores que não apenas publicaram, mas *submeteram* trabalhos e, assim, a abrangência da aceitação da referida revista pela comunidade científica de uma área. Neste sentido, pode ser visto como um indicador (uma aproximação) a uma certa qualificação do periódico.

Ponderação:

Estrato	Peso
A1	100
A2	85
B1	70
B2	55
B3	40
B4	25
B5	10
C	0



DOCUMENTO DE ÁREA 2009

b) CLASSIFICAÇÃO DE LIVROS E CAPÍTULOS

1. Definição de Livro:

Compreende-se por livro um produto impresso ou eletrônico que possua ISBN ou ISSN (para obras seriadas) contendo no mínimo 50 páginas, publicado por editora pública ou privada, associação científica e/ou cultural, instituição de pesquisa ou órgão oficial.

2. Critérios de seleção para qualificação, propostos pelas diferentes áreas:

Independentemente das áreas, a avaliação de livros será aplicada exclusivamente para classificação da *produção intelectual que resulte de investigação nas suas diferentes modalidades*. Para efeito desse roteiro deverão ser consideradas: obras integrais, coletâneas, dicionários, mapas ou enciclopédias, anais (texto completo) desde que seu conteúdo traduza a natureza científica da produção ou terá fins didáticos.

3. Instrumento de Avaliação

Parte I: Dados de Identificação da Obra

Os dados de identificação da obra deverão ser preenchidos para todos os produtos classificados como livro e elegíveis para qualificação, segundo o critério adotado em cada área da avaliação.

A identificação da obra deverá conter, ao menos, os dados que constam da ficha catalográfica, incluindo os códigos decimais digitais universais para permitir a classificação por área temática. A critério das áreas, outras informações podem ser acrescentadas, conforme exemplo apresentado abaixo. De qualquer modo, as informações catalográficas terão por finalidade a composição de listagem de todos os eventos a serem avaliados.

Parte II: Avaliação pela Comissão de classificação de Livros

A avaliação dos livros deve ser preenchida tendo em mãos o exemplar do produto a ser qualificado para que o exame, pela Comissão, de suas características formais e de conteúdo possam permitir o correto preenchimento do instrumento.

A avaliação contemplará as características particulares da Área de modo a observar os dados mínimos para classificação do produto como livro, os aspectos formais da obra e o tipo e natureza do texto

Dados mínimos:

Compreendem esses requisitos obrigatoriamente o ISBN ou ISSN, dados equivalentes ao da ficha catalográfica, número mínimo de 50 páginas e autoria por docente e/ou discente de programa de pós-graduação.

Aspectos formais:

Compreende características de autoria, editoria bem como informações adicionais sobre fontes de financiamento, reedição, prêmios etc. As informações adicionais correspondem a aspectos que podem valorizar a obra. Não são porém itens obrigatórios da avaliação.

Tipo e natureza do texto:

Considerada a natureza científica, esse requisito prevê seu detalhamento bem como o tipo de obra avaliada (obra integral, coletânea, dicionário, mapa, enciclopédia etc.).



DOCUMENTO DE ÁREA 2009

Parte III: Avaliação do conteúdo da obra

A avaliação de conteúdo será baseada em três quesitos: relevância temática, caráter inovador da contribuição e potencial de impacto.

São sugeridos para avaliar os requisitos relevância, inovação e potencialidade de impacto, os seguintes pontos:

Relevância: contribuição para o desenvolvimento científico e tecnológico da área de conhecimento; contribuição para a resolução de problemas nacionais relevantes; atualidade da temática; clareza e objetividade do conteúdo no que se refere à proposição, exposição e desenvolvimento dos temas tratados; rigor científico (estrutura teórica); precisão de conceitos, terminologia e informações; senso crítico no exame do material estudado; bibliografia que denote amplo domínio de conhecimento; qualidade das ilustrações, linguagem e estilo.

Inovação: originalidade na formulação do problema de investigação; caráter inovador da abordagem ou dos métodos adotados; contribuição inovadora para o campo do conhecimento ou para aplicações técnicas.

Potencialidade do Impacto: circulação e distribuição prevista; língua da publicação; re-impressão ou re-edição; possíveis usos no âmbito acadêmico e fora dele.

INSTRUMENTO PARA CLASSIFICAÇÃO DOS LIVROS			
Parte I: DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA OBRA			
Título da Obra:			
Autores (livro) ou Organizadores (coletânea) (especificar se for docente ou discente do Programa):			
ISBN:			
Editora:			
Local da edição (cidade/país):			
Número de Páginas:			
Ano da primeira edição:			
Número e ano da edição enviada:			
Tiragem:			
Formato (impresso ou eletrônico):			
Referência completa do Livro / Coletânea (adotar ABNT):			
Número de capítulos da coletânea:			
Autores (docentes e discentes) do Programa de Pós-graduação, título e páginas de cada capítulo:			
Vinculação do livro/coletânea a linha de pesquisa, área de concentração ou área de conhecimento:			
Resumo do livro/Coletânea: (ementa)			
Informações complementares (informações sobre a participação de docentes/discentes de outros programas, tipo de financiamento, premiação, participação de autores estrangeiros, etc.):			
Parte II: ASPECTOS FORMAIS DA OBRA			
1. AUTORIA	Pontos	no	Pontuação da



DOCUMENTO DE ÁREA 2009

	item	obra analisada
Única		
Docentes do programa e de outras instituições no país sem participação discente		
Docentes do programa e de outras instituições no país com participação discente		
Docentes do programa e de outras instituições no exterior sem participação discente		
Docentes do programa e de outras instituições no exterior com participação discente		
Docentes do programa apenas		
Docentes e discentes do programa		
Discente do programa apenas		
Discente com participação de discentes de outros programas		
2. EDITORIA		
Editora com catálogo de publicações na área		
Editora brasileira, universitária, filiada à ABEU		
Editora brasileira, universitária, não filiada à ABEU		
Editora comercial com distribuição nacional		
Editora comercial com distribuição nacional e tradição de publicação na área		
Editora universitária estrangeira		
Editora comercial estrangeira		
Editora comercial estrangeira com tradição de publicação na área		
Conselho editorial ou revisão por pares		
Financiamento da edição por agência de fomento ou parcerias		
Coleção		
2ª Re-edição		
3ª Re-edição		
4ª re-edição ou mais		
Contém informações sobre os autores		
3. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS		



DOCUMENTO DE ÁREA 2009

Publicação em idioma estrangeiro		
Prêmios nacionais, estrangeiros ou internacionais		
Re-impressão		
Tipo da obra, natureza do texto e vínculo com o programa		
1. VÍNCULO		
À linha de pesquisa (projeto de pesquisa específico)		
À linha de pesquisa apenas		
À área de concentração, mas não a uma linha de pesquisa em particular		
À área do conhecimento, mas não a uma área de concentração do programa		
2. TIPO DA OBRA E NATUREZA DO TEXTO		
Obra completa		
Coletânea		
Dicionário / verbete		
Anais de congresso		
PONTUAÇÃO TOTAL		

GLOSSÁRIO

Livro/ obra integral: obra geralmente de um, eventualmente de dois ou mais autores sendo pelo menos um docente ou discente de PPG abrangendo: pesquisa; proposição teórica; ensaio; proposição metodológica; revisão de literatura; obra didática para a graduação ou pós-graduação; análises quanto à formulação, gestão, implementação, financiamento e avaliação de políticas públicas e/ou sociais e outros temas de relevância social e técnico-científica para a área.

Quanto à natureza as obras integrais podem ser:

- *Científica:* produção intelectual de caráter científico, dirigida para a comunidade acadêmica, cujo conteúdo apresenta resultados de pesquisa empírica, desenvolvimento de metodologias, reflexão conceitual e teórica, revisão e discussão de literatura, análises quanto à formulação, gestão, implementação, financiamento e avaliação de políticas públicas e/ou sociais e outros temas de relevância social e técnico-científica para a área.

- *Didática:* produção intelectual de caráter pedagógico, dirigida para a formação de profissionais ou alunos de graduação ou de pós-graduação.

- *Técnica:* produção intelectual de caráter técnico, dirigida aos profissionais, abrangendo idéias, reflexões e teorias para a solução de problemas práticos ou para a realização dos processos de trabalho. Incluem obras como:

Manual - obra contendo noções operacionais acerca de determinada técnica ou processo de trabalho.

Guia - obra contendo instruções acerca de um campo de atuação ou serviço a ele relacionado.

Programa - obra contendo orientações e subsídios para a elaboração e implementação de um conjunto de ações organizadas para o enfrentamento de problemas específicos ou conjunto de problemas

Catálogo - obra contendo lista organizada de instituições, pessoas, assuntos, etc. sendo cada entrada na lista acompanhada ou não de textos descritivos breves.



DOCUMENTO DE ÁREA 2009

- Artística: produção intelectual no formato de livro incluindo catálogos, produção fotográfica e outras assemelhadas.
- De divulgação: produção intelectual de caráter informativo, dirigida ao público em geral, visando tornar disponíveis conhecimentos e tecnologias que ajudem a melhorar a vida das pessoas.

Coletânea temática - obra com contribuição de um ou mais autores, docente ou discente do PPG que discorre sobre um ou mais temas, articulados por um eixo temático comum englobando pelo menos 6 artigos ou capítulos. Quanto à natureza a coletânea admite as mesmas características já detalhadas para a obra integral.

Para efeito da avaliação não serão consideradas como coletâneas a simples justaposição de capítulos sem um eixo temático comum e sem articulação interna. Textos que apresentem essa característica deverão receber a classificação C sendo considerados impróprios bem como todos os que não respeitarem a definição de livro adotada.

Tratado - obra que enfoca uma ciência ou ramo de uma ciência visando identificar e discutir os consensos e avanços obtidos em relação a temas e especialidades que a constituem. Não deve ser confundido com livro didático da área. Quanto à natureza o tratado pode ser científico ou técnico.

Dicionário / atlas - obra constituída por verbetes temáticos, biográficos, históricos ou de outra natureza, realizada por vários autores, oferece instrumentos conceituais para os estudantes, pesquisadores e demais interessados. Os Atlas se diferenciam por apresentar coleção de imagens, figuras, estampas, mapas ou quadros acompanhados de textos elucidativos.

Anais de Congressos - obra contendo trabalhos completos apresentados em congressos científicos com autoria de docente ou discente de PPG. Quanto à natureza os anais podem conter textos de natureza científica ou técnica.

A área de Planejamento Urbano e Regional/Demografia elaborará sua própria pontuação em relação aos itens acima arrolados para poder, a partir das fichas de identificação da obra, poder estabelecer a pontuação individual de cada obra submetida à classificação pelos programas, que satisfazem os critérios estabelecidos para a definição do livro (vide acima item 1.).

4. Classificação nos estratos

A classificação dos livros nos níveis L1 a L4 será estabelecida pela pontuação atribuída pela Área aos aspectos formais, tipo e natureza da obra e avaliação de conteúdo.

Além dos quatro estratos que serão utilizados para estabelecer pontos na avaliação da produção intelectual dos programas, será previsto um estrato LNC - sem pontuação - para aquelas obras consideradas não classificáveis pelas comissões de avaliação.

Os estratos superiores da classificação – L3 e L4 – serão reservados para as obras de maior relevância no desenvolvimento científico da área e na formação de mestres e doutores.

Convém observar, uma vez mais, que os capítulos serão considerados tendo por unidade de referência o livro no qual foram publicados. A soma de capítulos na mesma coletânea não pode ultrapassar a pontuação de uma obra integral para fins de avaliação da produção do programa. Ainda, um mesmo autor poderá pontuar no máximo 2 capítulos incluídos na mesma obra.

Travas: Para ajustar o princípio da qualidade da produção ao sistema de avaliação por pontos, será necessário adotar algumas travas para não possibilitar aos programas a obtenção da totalidade dos pontos necessários apenas



DOCUMENTO DE ÁREA 2009

com publicações de menor circulação e impacto. A Área estabelecerá o número máximo de livros e capítulos que podem ser considerados por programa no estrato L1.

Na base da pontuação em aos itens das características formais acima arrolados e uma avaliação da qualitativa do conteúdo da obra, a Área estabelecerá as faixas para atribuição de estratos de LNC, e L1 a L4.

A área enfatiza que não existe qualquer relação entre as classificações de periódicos e livros descritas nas tabelas acima e, portanto, não existe qualquer correspondência ou equivalência entre as pontuações das mesmas.

IV. Ficha de Avaliação para o Triênio 2007-2009

Quesitos / Itens	Peso *	Definições e Comentários sobre o Quesito/Itens
1 – Proposta do Programa	0%	
1.1. Coerência, consistência, abrangência e atualização das áreas de concentração (AC), linhas de pesquisa (LP), projetos de pesquisa (PP) em andamento e proposta curricular.	50%	<ul style="list-style-type: none">- Objetivos precisos do curso e perfil acadêmico pretendido com a formação proporcionada;- Articulação entre objetivos, área(s) de concentração e estrutura curricular;- Clareza e precisão das linhas de pesquisa formuladas, seu ajuste à(s) área(s) de concentração bem como aos campos de especialização do corpo docente e explicitação da relação com seus respectivos projetos de pesquisa em andamento; <p><i>Observação: é recomendável que, apesar de não ser requisito, os PP sejam desenvolvidos por meio de laboratórios, ampliando e solidificando o intercâmbio entre os corpos docente e discente;</i></p> <ul style="list-style-type: none">- Adequação da estrutura curricular à(s) área(s) de concentração e, eventualmente, às linhas de pesquisa bem como ao perfil do corpo docente; distribuição das disciplinas obrigatórias e eletivas (quando há essa distinção); disciplinas dedicadas à fundamentação teórica e ao ensino de metodologia e técnicas de investigação científica; seminários de projetos, de pesquisa e temáticos.- Proposta curricular capaz de proporcionar formação teórica e metodológica que contemple: bibliografia de referência (clássica

* Peso do Quesito na nota final e peso do Item dentro do Quesito



DOCUMENTO DE ÁREA 2009

		<p>e contemporânea, nacional e estrangeira) adequada à(s) área(s) de concentração e às linhas de pesquisa; ensino de métodos e técnicas e de tratamento analítico de dados; articulação lógica entre conceitos e fundamentação empírica; redação clara e observância das convenções acadêmicas;</p> <ul style="list-style-type: none">- Compatibilidade da produção acadêmica com a(s) área(s) de concentração e as linhas de pesquisa;- Histórico de constituição do grupo e informação a respeito de possíveis modificações a respeito das AC, LP, PP, da estrutura curricular do curso; da mudança de créditos etc.
1.2. Planejamento do programa com vistas a seu desenvolvimento futuro, contemplando os desafios internacionais da área na produção do conhecimento, seus propósitos na melhor formação de seus alunos, suas metas quanto à inserção social mais rica dos seus egressos, conforme os parâmetros da área.	35%	<ul style="list-style-type: none">- Identificação dos desafios do programa e formulação de metas e propostas para seu enfrentamento tanto em relação à formação quanto à produção de conhecimentos;- Explicitação do alcance das metas durante o triênio;- Envolvimento do programa em associações e redes nacionais e internacionais, mediante convênios e participação em editais;- Planejamento de publicações e divulgação de conhecimentos em fóruns acadêmicos;- Iniciativas como procedimentos internos de auto-avaliação (credenciamento de entrada no programa e como orientador de mestrado e/ou doutorado); formas de acompanhamento de egressos; existência de plano próprio para capacitação docente; existência de programas eletrônicos para acompanhamento de atividades, como fluxo de alunos, etc.;
1.3. Infra-estrutura para ensino, pesquisa e, se for o caso, extensão.	15%	<p>Existência, adequação e suficiência de:</p> <ul style="list-style-type: none">- Infra-estrutura de apoio administrativo próprio (secretaria), salas para docentes e discentes, auditórios etc.;- Laboratórios com condições para a realização das pesquisas docentes e discentes;- Biblioteca que permita o acesso rápido às informações, com ênfase nos periódicos;- Recursos de informática disponíveis para alunos e docentes;- Recursos próprios do Programa para a realização de suas atividades docentes e de orientação.- Captação de recursos para ações de apoio ao curso/programa (apoio institucional e financiamento por parte de órgãos externos)
2 – Corpo Docente	20%	
2.1. Perfil do corpo docente, consideradas titulação, diversificação na origem de formação, aprimoramento e experiência, e	15%	<ul style="list-style-type: none">- Composição do corpo docente permanente por doutores com formação ou atuação no campo temático do curso/programa;- Adequação das áreas de formação acadêmica dos docentes



DOCUMENTO DE ÁREA 2009

sua compatibilidade e adequação à Proposta do Programa.		<p>permanentes à Proposta do Programa (AC, LP e PP);</p> <ul style="list-style-type: none">- Diversificação adequada e não endógena da formação do corpo docente permanente (instituições onde obtiveram doutoramento);- Nível de experiência do corpo docente permanente, inclusive sua projeção nacional e internacional; proporção de doutores com titulação inferior a cinco anos e superior a dez anos;- Atração, no caso de programas com doutorado, de estágios seniores, pós-doutorais ou atividades similares por parte dos docentes do programa;- Docentes permanentes do programa como visitantes em outras IES nacionais e internacionais, de consultores técnico-científicos de instituições públicas, privadas e órgãos de fomento; de pareceristas, corpo editorial e editor de periódicos especializados nacionais e internacionais e semelhante;- Capacitação continuada do corpo docente;
2.2. Adequação e dedicação dos docentes permanentes em relação às atividades de pesquisa e de formação do programa.	30%	<ul style="list-style-type: none">- Tamanho do corpo docente e sua composição (mínimo de 9 docentes permanentes);- Estabilidade do corpo docente permanente identificando eventuais oscilações em sua composição e nível de qualificação; as oscilações na composição do corpo docente total não devem ser maiores do que 20% de um ano para o outro. <i>Observação: atentar para mudanças que possam expressar queda da qualidade da equipe ou falta de respaldo da IES ao programa;</i>- Proporção de docentes do corpo permanente em relação ao corpo docente total do programa: como disposto na Portaria 068/2004, pelo menos 70% dos docentes do Programa devem integrar o corpo de docentes permanentes; o percentual de docentes permanentes em condições especiais (PRODOC, aposentados e conveniados) não deve ultrapassar 30% em relação ao total de docentes permanentes;- Proporção de docentes permanentes com tempo integral na IES onde se situa o Programa e com dedicação mínima de 20 horas semanais no Programa;- Proporção de docentes permanentes que podem participar nessa mesma condição em apenas um outro programa; não pode ultrapassar 30%;- Responsabilidades dos docentes permanentes na oferta de disciplinas obrigatórias (só podem ser ministradas por eles);- Participação dos docentes do quadro permanente em projetos de pesquisa;



DOCUMENTO DE ÁREA 2009

		<ul style="list-style-type: none">- Participação de docentes em redes locais, nacionais e internacionais de pesquisa
2.3. Distribuição das atividades de pesquisa e de formação entre os docentes do programa.	35%	<ul style="list-style-type: none">- Proporção das atividades de orientação e publicação científica realizadas pelos docentes permanentes em face dos demais docentes; dinâmica do Programa em relação à dependência da atuação de docentes visitantes e colaboradores;- Distribuição da carga letiva e da carga horária média entre os docentes permanentes, colaboradores e visitantes do Programa; os docentes permanentes do Programa devem ser responsáveis por pelo menos 75% dessa carga;- Média de disciplinas oferecidas no triênio, por docente do corpo permanente;- Participação dos 20% dos docentes com maior carga horária em disciplinas no total da carga horário no período;- Média de projetos de pesquisa por docentes do corpo permanente;
2.4. Contribuição dos docentes para atividades de ensino e/ou de pesquisa na graduação, com atenção tanto à repercussão que este item pode ter na formação de futuros ingressantes na PG, quanto (conforme a área) na formação de profissionais mais capacitados no plano da graduação. Obs: este item só vale quando o PPG estiver ligado a curso de graduação; se não o estiver, seu peso será redistribuído proporcionalmente entre os demais itens do quesito.	10%	<ul style="list-style-type: none">- Proporção de docentes do programa com carga didática na graduação;- Média da carga letiva de docentes em cursos de pós-graduação lato sensu onde não há graduação;- Proporção de docentes do programa com responsabilidade na orientação em iniciação científica ou equivalente; valorização da inserção em projetos de iniciação científica e preparo ou formação de futuros ingressantes na PG;
2.5. Proporção do corpo docente com importante captação de recursos para pesquisa (Agências de Fomento, Bolsa de Produtividade, Financiamentos Nacionais e Internacionais, Convênios, etc)	10%	<ul style="list-style-type: none">- Capacidade dos docentes permanentes de captar financiamentos para realização de pesquisa (por agências de fomento nacionais e internacionais);- Proporção de docentes com Bolsa de Pesquisa (CNPq) ou semelhantes (bolsas de pesquisa para docentes das FAPs);- proporção de docentes com estágio de pós-doutorado, no Brasil e no exterior;- proporção de docentes em coordenação de laboratórios e grupos de pesquisa cadastrados no CNPq.
3 – Corpo Docente, Teses e Dissertações	35%	
3.1. Quantidade de teses e dissertações defendidas no período de avaliação, em	30%	<ul style="list-style-type: none">- proporção de teses e dissertações defendidas em relação ao corpo docente permanente (adequar os critérios quantitativos em



DOCUMENTO DE ÁREA 2009

relação ao corpo docente permanente e à dimensão do corpo discente.		relação aos novos docentes permanentes – aqueles que atuam há menos de três anos no programa); - proporção de titulações em relação à dimensão do corpo discente. - proporção de teses e dissertações defendidas por número médio de discentes no período;
3.2. Distribuição das orientações das teses e dissertações defendidas no período de avaliação em relação aos docentes do programa	30 %	- Proporção entre o número de orientandos e o número de orientadores, bem como a distribuição equitativa; média de orientandos por docente do corpo permanente; - Compatibilidade do número de orientandos com a experiência, produção intelectual e disponibilidade do orientador; a Área considera adequada a relação de 3 a 8 alunos por orientador (incluindo mestrado acadêmico, doutorado e mestrado profissional). - Participação dos 20% docentes com maior número de defesas por ano no número total de dissertações e/ou teses defendidas ao ano; <i>Observação: Os indicadores quantitativos deverão diferenciar programas que oferecem apenas o mestrado daqueles que oferecem mestrado e doutorado</i>
3.3. Qualidade das Tese e Dissertações e da produção de discentes autores da pós-graduação e da graduação (no caso de IES com curso de graduação na área) na produção científica do programa, aferida por publicações e outros indicadores pertinentes à área	35 %	- proporção entre número de discentes-autores com o número de alunos matriculados (por ano); - média da produção bibliográfica do corpo discente em periódicos, anais de eventos científicos (mesmo resumos) etc. em relação ao número total de discentes-autores; - proporção de egressos-autores em relação ao número total dos alunos titulados nos últimos três anos; diferenciação entre mestrado e doutorado, onde tiver. - diversificação institucional dos membros de bancas examinadores externos ao programa por ano
3.4. Eficiência do Programa na formação de mestres e doutores bolsistas: Tempo de formação de mestres e doutores e percentual de bolsistas titulados.	5 %	- tempo médio de titulação de bolsistas e não bolsistas em nível de mestrado e do doutorado; <i>Observação: será considerada de forma diferenciada a situação de alunos vinculados a projetos especiais aprovados pela Capes, como Minter e Dinter</i> - fluxo de entrada e saída dos alunos no programa. - realização de estágios fora do programa através de de bolsas de doutorado sanduíche ou formas semelhantes;



DOCUMENTO DE ÁREA 2009

4 – Produção Intelectual	35%	
4.1. Publicações qualificadas do Programa por docente permanente	50%	<p>- Proporção de docentes do quadro permanente com produção qualificada no período, segundo modalidade de publicação (livro, capítulo de livro, anais, artigos em periódicos científicos);</p> <p>- Qualidade da produção do programa: serão considerados produtos suscetíveis à avaliação da qualidade da produção intelectual de uma programa aqueles trabalhos de seus docentes permanentes que foram publicados na forma de artigos em periódicos, livros, capítulos de livros qualificados e trabalhos completos em anais segundo os respectivos Qualis da área.</p> <p><i>Obs: para auferir a qualidade da produção do programa cada produto será contabilizado apenas uma vez, ou seja, os produtos construídos em co-autoria por mais de um docente permanente do programa contribuem para a apreciação da qualidade apenas uma vez.</i></p> <p>- Quantidade da produção qualificada per capita: serão somados os trabalhos produzidos por cada docente permanente desconsiderando possíveis co-autorias; no numerador são somados os produtos e no denominador são considerados os docentes permanentes, levando em conta o tempo de participação de cada um durante o triênio; média de publicações qualificadas por docente do quadro permanente no período;</p> <p><i>Obs: Em ambos os casos (avaliação qualitativa e quantitativa) a produção de docentes permanentes que participam em mais de um Programa deve ser discriminada pelos coordenadores, levando-se em consideração para que um trabalho seja contemplado o tipo de colaboração da qual resultou a referida produção. O lançamento de produção sem vínculo efetivo (projetos em colaboração, orientação ou sem vinculação temática) será glosado da produção.</i></p> <p>- Proporção de docentes do corpo permanente que não apresentam nenhuma produção no período.</p>
4.2. Distribuição de publicações qualificadas em relação ao corpo docente permanente do Programa.	40%	<p>- Acúmulo dos desvios da qualidade da publicação de cada docente permanentes da qualidade média de todos os docentes permanentes (índice de dissimilaridade);</p>



DOCUMENTO DE ÁREA 2009

		<p>- Proporção dos docentes que alcançam a pontuação compatível com o perfil da nota;</p> <p><i>Observação: Na análise da distribuição da produção será contabilizada a produção qualificada de cada docente permanente, sem descontar os artigos, livros, capítulos de livros e trabalhos completos em anais desenvolvidos em co-autoria com outros docentes do Programa.</i></p>
4.3. Produção técnica, patentes e outras produções consideradas relevantes.	10%	<p>- Média, por docente, das produções técnicas do corpo docente permanente considerando obras intergrais, capítulos, coletâneas e outros trabalhos de caráter técnico elaborados para agências internacionais, instituições nacionais, estaduais e municipais relacionadas com a formulação, implementação e avaliação de políticas; relatórios de pesquisa e de consultoria e congêneres desde que tenham sido publicadas em meio impresso ou eletrônico.</p> <p>- Proporção de docentes do quadro permanente com produção técnica no período, segundo modalidade de publicação;</p> <p>- Grau de concentração (baixo, médio, ou elevado) da produção técnica qualificada por docente do quadro permanente;</p>
5 – Inserção Social	10%	
5.1. Inserção e impacto regional e (ou) nacional do programa.	45%	<p>Inserção Social: formação de recursos humanos qualificados para a Administração Pública ou a sociedade civil que possam contribuir para o aprimoramento da gestão pública e a redução da dívida social, ou para a formação de um público que faça uso dos recursos da ciência e do conhecimento;</p> <p>Inserção Tecnológico/econômico: contribuição para o desenvolvimento micro-regional, regional e/ou nacional destacando os avanços produtivos gerados; disseminação de técnicas e conhecimentos; organização e promoção de eventos científico-tecnológicos</p> <p>Outras formas de inserção: A Área poderá considerar outros tipos de impacto (por exemplo: educacionais) na medida em que se alterar o perfil dos programas recomendados. Poderão ser considerados os seguintes indicadores:</p> <ul style="list-style-type: none">- Número e tipo de intercâmbios firmados para realização de cursos de extensão universitária;- Número de cursos de extensão proporcionados pelo programa;- Existência de iniciativas de transferência de conhecimento e de técnicas para públicos não acadêmicos.



DOCUMENTO DE ÁREA 2009

		<ul style="list-style-type: none">- Alunos matriculados originários do setor público e/ou organizações da sociedade civil e/ou de instituições de ensino e pesquisa e/ou da rede pública de ensino fundamental ou médio;- Alunos titulados no período-base empregados no setor público e/ou organizações da sociedade civil e/ou de instituições de ensino e pesquisa e/ou da rede pública de ensino fundamental ou médio; organizações de fomento e desenvolvimento etc.- Prêmios recebidos pelo corpo docente e discente do Programa;- Existência no ano-base de convênio ativo e/ou acordo de cooperação e/ou prestação de serviço e/ou desenvolvimento de pesquisa entre o Programa e o setor público e/ou organização da sociedade civil e/ou atividade de extensão;- Disponibilização de bases de dados originais e/ou fontes primárias de dados para uso público;- Existência de veículo próprio de publicação regular e sistemática de resultados de pesquisa;- Ações institucionais para geração e desenvolvimento de tecnologias sociais e/ou econômicas, tais como incubadoras, parques tecnológicos e congêneres;- Representação institucional em conselhos públicos e/ou de associações da sociedade civil;
5.2. Integração e cooperação com outros programas e centros de pesquisa e desenvolvimento profissional relacionados à área de conhecimento do programa, com vistas ao desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação.	45%	<ul style="list-style-type: none">- Participação em programas de cooperação, intercâmbio sistemáticos e redes nacionais e internacionais;- Participação em projetos de cooperação entre programas com níveis de consolidação diferentes, voltados para a inovação na pesquisa ou o desenvolvimento da pós-graduação em regiões ou sub-regiões geográficas menos aquinhoadas (atuação de professores visitantes; participação em programas como “Casadinho”, PQI, Dinter/Minter e similares).- Participações especiais do corpo docente em órgãos oficiais (CAPES, CNPq, FAPs, Conselhos governamentais etc.);- Participação do corpo docente como: (a) editores de periódicos Qualis da Área, (b) consultores ad-hoc de periódicos internacionais, (c) organizadores, palestrantes, chairmen, debatedores etc. de eventos internacionais e nacionais, (d) representantes de sociedades científicas, (e) representantes de entidades de classe.c- Publicações conjuntas de docentes do programa com docentes de outras IES ou institutos de pesquisa.- Parceria entre instituições na organização de eventos científicos



DOCUMENTO DE ÁREA 2009

		relevantes para a área. - Intercâmbio docente visando atividades de pesquisa (produção ou divulgação), docência ou orientação.
5.3 - Visibilidade ou transparência dada pelo programa à sua atuação.	10%	- Manutenção de página Web para a divulgação, de forma atualizada, de dados internos ao Programa, critérios de seleção de alunos, parte significativa de sua produção docente, financiamentos recebidos da Capes e de outras agências públicas e entidades privadas etc. - Garantia de amplo acesso a Teses e Dissertações, pela Web, conforme a Portaria Capes 13/ 2006, que torna obrigatória essa providência. - Palestras, conferências e/ou aula inaugural em programas recomendados e/ou em cursos de Graduação de interface com a área. - Desenvolvimento de ações abertas à comunidade acadêmica e à sociedade em geral para divulgação dos trabalhos e produções do Programa, intercâmbio e difusão do conhecimento.

V. Considerações e definições sobre atribuição de notas 6 e 7 – inserção internacional

As notas “6” e “7” são reservadas para os programas classificados como nota “5” na primeira etapa de realização da avaliação trienal, e que atendam necessária e obrigatoriamente duas condições: i) apresentem desempenho equivalente ao dos centros internacionais de excelência na área, ii) tenham um nível de desempenho altamente diferenciado em relação aos demais programas da área.

Por inserção internacional entende-se um conjunto de atributos que qualificam programas de pós-graduação em planejamento urbano e regional e demografia que atendam simultaneamente o tripé constituído por:

A) Produção científica com inserção internacional, correspondendo a 60%.

A produção científica com inserção internacional compreende a publicação de resultados de pesquisa, sob a forma de artigos em periódicos científicos, anais, livros e capítulo de livros qualificados, com destacadas proporção e média por docente nos estratos A1, A2 e B1 do Qualis da Área (periódicos, eventos) L4 e L3 na classificação de livros, capítulos etc..

Uma vez atendidos os 3 parâmetros a diferença entre as notas 6 e 7 é alcançada por dois critérios: a) proporção do corpo docente com produção científica com inserção internacional. Cabe a Área estabelecer as respectivas proporções para a atribuição da nota 6 e da nota 7. Os dois itens serão considerados complementares para a atribuição dessas notas (conforme pesos acima introduzidos).

B) Consolidação e liderança nacional do programa como formador de recursos humanos para a pesquisa e pós-graduação, correspondendo a 30%.

O atendimento a estes itens requer que o corpo docente do programa elegível para as notas 6 e 7 revele participação em:



DOCUMENTO DE ÁREA 2009

- Atração de alunos de diferentes regiões do país e de outros países.
- Proporção de docentes permanentes participando de comitês de área no CNPq, DECIT, FINEP, CAPES, etc, ou de agências de fomento internacionais;
- Premiações, nacionais ou internacionais, recebidas pelos docentes permanentes que tenham relação com as atividades de pesquisa e orientação;
- Proporção de docentes permanentes participando de diretorias de associações científicas nacionais e internacionais de grande relevância para a área;
- Convênios e intercâmbios ativos firmados com instituições estrangeiras de reconhecido prestígio científico, em regime de reciprocidade e com divulgação no exterior;
- Programas institucionais de cooperação internacional exigindo missões bilaterais de trabalho;
- Conferências, mesas-redondas, organização de grupos de trabalho e grupos de pesquisa em eventos científicos internacionais de grande relevância para a área;
- Promoção de eventos científicos internacionais;
- Prêmios internacionais (com láurea e/ou como participação em júris internacionais);
- Consultorias a organismos internacionais;
- Comitês editoriais e como pareceristas de periódicos internacionais;
- Redes internacionais de pesquisa com publicação de resultados;
- oferta de cursos e colaboração em atividades de ensino em instituições de reconhecido nível de excelência no exterior;
- obtenção de bolsas de pesquisa ou financiamento de agências internacionais.

C) Integração e solidariedade com outros programas com vistas ao desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação e visibilidade ou transparência dada a sua atuação, correspondendo a 10%.

Comporta avaliação qualitativa, levando em conta a integração e solidariedade com outros programas visando impactos educacional, social e tecnológico/econômico em áreas do país onde há programas com nota 3 ou 4 (sem doutorado). Os programas candidatos a 6 e 7 devem demonstrar sua cooperação com esses programas ou com grupos que ainda não tem curso de pós-graduação *stricto sensu*

- Minter, Dinter, Casadinho, Procad ou associação com IES para promover a criação e/ou consolidação de cursos de pós-graduação, sobretudo em outras regiões do país ou em países com menor grau de desenvolvimento na pós-graduação;
- Assessoria para a formulação de propostas de cursos novos;
- Participação em projetos conjuntos com grupos de pesquisa não consolidados;
- Participação em disciplinas, seminários e oficinas em cursos com nota 3 ou 4 (sem doutorado);
- Parceria de docência, pesquisa e orientação em países com menor grau de desenvolvimento na pós-graduação;
- Participação em associações de IES para a realização de cursos de pós-graduação.



Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES
Diretoria de Avaliação - DAV

DOCUMENTO DE ÁREA 2009